

EXPERIÊNCIA DO ACAMPAMENTO NATALINO: UMA RELEITURA POLÍTICA E EDUCATIVA

Telmo Marcon

Resumo

O acampamento de agricultores Sem terra na Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta/RS, entre 1980 e 1983, constitui-se numa experiência marcante da história dos movimentos sociais, tanto do campo quanto da cidade, por várias razões: surgiu durante a ditadura militar e sobreviveu à repressão; a pauta de reivindicações; a solidariedade da sociedade civil que se opunha ao regime militar e pleiteava democracia e justiça social; a metodologia usada na organização e a produção de uma mística assentada na luta. Tudo isso deu condições para os acampados resistirem a todas às adversidades. Uma releitura atual desse movimento permite ampliar os horizontes da sua relevância histórica, especialmente com a criação da Comissão da Verdade e o julgamento desse movimento, em Ronda Alta, no ano de 2014, envolvendo seis acampados e um religioso. O artigo inicia problematizando o conceito de experiência e o de tradução, contextualiza brevemente o acampamento, reconstrói alguns elementos educativos e políticos que permitiram resistir à intervenção militar federal e conclui com algumas contribuições dessa experiência para os movimentos sociais na atualidade na perspectiva da justiça social e da democracia.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Política. Estado. Experiência Educativa.

1. Considerações iniciais

A obra de Boaventura de Sousa Santos *A crítica da razão indolente* tem um subtítulo provocativo: *contra o desperdício da experiência* (2009a). Por que dessa preocupação? Cotidianamente, são construídas inúmeras experiências, mas poucas delas ganham destaque e visibilidade histórica e política. Santos está fazendo referência às experiências vivenciadas por grupos sociais oprimidos que não ganham visibilidade, ou seja, foram silenciadas. De Walter Benjamin, especialmente o texto *Sobre o conceito de história* (1994a, p. 222-232), Santos apropria-se da concepção de história que perpassa o capítulo denominado: *Angelus Novus: o fim da equação moderna entre raízes e opções* (2008a, p. 51-92). Nesse texto, a questão do tempo é fundamental para dar voz às experiências silenciadas, tarefa que ele atribui à sociologia das ausências, mas também às questões emergentes, desafio da sociologia das emergências (2008b, p. 93-135). Nessa perspectiva, as reflexões de Benjamin (1994b, p.

239) sobre como proceder em relação ao passado são profundamente instigantes. Como é de seu estilo, faz uso de uma metáfora para dar conta da complexidade do real. “Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como o homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo”. Como diz o próprio Benjamin, em outro texto (1994a, p. 223), “a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente”. Compreende-se melhor essa preocupação de Benjamin quando situações do tempo presente irrompem e indagam as experiências passadas que podem contribuir para melhor compreender o próprio tempo presente. Em situações de perigo, é preciso voltar aos fatos passados, tantas vezes quantas necessárias para dali extrair ensinamentos e aprendizagens. Caso contrário, diz Benjamin, “nem os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer” (1994a, p. 224-225). Um dos grandes desafios enfrentados por investigadores que trabalham com experiências sociais populares é de dar visibilidade e inteligibilidade às experiências passadas que, mesmo silenciadas, podem emergir caso sejam interrogadas pelo investigador e, por conseguinte, ganhar novos significados.

Nesse processo, não pode haver um movimento mecânico. Interrogar o passado a partir de questões e desafios do tempo presente implica, segundo Santos (2009a, p. 27), um trabalho de tradução. Ele diz que tradução pode ser compreendida como uma teoria que “torne as diferentes lutas mutuamente inteligíveis e permita aos atores coletivos *conversarem* sobre as opressões a que resistem e as aspirações que os anima”. Em outro texto, Santos (2008b, p. 122-135) aprofunda e detalha a sua compreensão a respeito do papel da tradução que diz ser um “procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências” (2008b, p. 123-124).

A experiência do Acampamento Natalino, ocorrida há mais de trinta anos, continua provocando reflexões e sendo objeto de pesquisas e indagações não apenas em relação aos movimentos sociais, mas também aos grandes desafios da sociedade brasileira atual, especialmente os riscos em relação às políticas sociais, mas, acima de tudo, o desafio de democratizar efetivamente o país desde a terra, o capital financeiro, a mídia, a política, os conhecimentos, a riqueza produzida, a moradia. Esses desafios emergentes interrogam o passado não apenas em busca das causas estruturais, mas também de experiências construídas e que produziram resultados positivos. Uma leitura retrospectiva desse fato social permite uma ampliação do olhar, dadas as novas conjunturas e os fatos emergentes, entre os quais, o

trabalho de investigação e julgamento da Comissão da Verdade. No dia 13 de junho de 2014, a Comissão esteve em Ronda Alta para julgar os processos de seis acampados que haviam sido acusados de subversão da ordem social durante a existência do Acampamento e mais o padre Arnildo Fritzen, membro da Comissão Pastoral da Terra, que atuou sistematicamente no acampamento desde a sua origem. Após o julgamento, a Comissão absolveu todos os acusados. Novas pesquisas publicadas, entre as quais a denominada *Os infiltrados* (ETCHICHURY et al., 2010), ajudam a entender melhor o papel do acampamento na região e no Brasil, na medida em que os seus impactos chegaram ao Palácio do Planalto, durante o governo do general João Figueiredo. A intervenção militar-federal durante o mês de agosto de 1981, sob o comando do Major Curió, ajuda a dimensionar o seu alcance e a resistência do movimento, mas também os mecanismos repressivos (força policial estadual e federal) usados pela ditadura para solucionar conflitos fundiários em todo o Brasil. Essas questões, aliadas à forma de organização interna no acampamento, as experiências de democracia direta, as místicas, os confrontos nas negociações com o governo estadual, as relações com diferentes posicionamentos de autoridades religiosas, a participação em atividades organizadas em espaços múltiplos da sociedade civil, os avanços e as decepções de posicionamentos de deputados, vereadores e presidentes de sindicatos, as aprendizagens na lida com a imprensa, tudo isso transforma o acampamento numa experiência extremamente rica. Tudo isso permite fundamentar a tese de que esse acampamento constitui-se efetivamente num marco histórico na luta pela reforma agrária e na criação formal do Movimento Sem Terra (MST), em 1984. Em razão dessas e outras questões, a experiência não pode ser desperdiçada, como diz Santos. As questões emergentes do tempo presente continuam a interrogar essa experiência que ainda tem contribuições importantes a dar.

2. Breves considerações sobre a formação e o desenvolvimento do acampamento

Um breve esboço histórico do acampamento justifica-se para contextualizar outras questões que são próprias do início da década de 1980. Como diz Benjamin (1994a, p. 230-231), “o historicista apresenta uma imagem *eterna* do passado, o materialista histórico faz desse passado uma experiência única”. A experiência do acampamento será sempre tratada como única, ou seja, por mais que outras situações apresentem similaridade, ela é única.

Do ponto de vista histórico, o acampamento pode ser classificado em quatro momentos: a) da gênese à intervenção militar federal (final de 1980 ao final de julho de 1981); b) o período de intervenção militar-federal (mês de agosto de 1981); c) da saída dos

interventores ao deslocamento para o acampamento provisório em Nova Ronda Alta (setembro de 1981 a março de 1982); d) da chegada a Nova Ronda Alta até a conquista definitiva da terra (março de 1982 a 1983). Essa classificação, no entanto, é muito mais didática do que caracterizada por rupturas. Há uma continuidade em termos de reivindicação e de mobilização, mesmo que com intensidades distintas.

O Acampamento Natalino constituiu-se ao longo da RS 342, que liga Passo Fundo a Ronda Alta, numa encruzilhada que dá acesso ao município de Sarandi/RS. A identificação do acampamento é devido ao fato de que, nesse local, havia um armazém colonial de Natálio Verardi. A região era, desde a década de 1980, caracterizada pela produção em larga escala de trigo e soja com base na grande propriedade mecanização. Na região onde localizou-se o acampamento, ocorreram vários conflitos fundiários, de modo acentuado, desde a década de 1960. Uma área expressiva foi desapropriada pelo Governador do estado, Leonel de Moura Brizola, então denominada Fazenda Sarandi. Os conflitos e as disputas após a desapropriação criaram inúmeros problemas, especialmente para os que almejavam serem assentados. Nas décadas de 1960 e 1970, houve, nessa região, o incremento de uma agricultura mecanizada que impactou profundamente na produção familiar e na sobrevivência dos assalariados, meeiros, diaristas, arrendatários. Com as mudanças estruturais derivadas da mecanização da agricultura, muitas famílias migraram para as cidades, outros rumaram para o Paraguai, mas uma quantidade expressiva adentrou em áreas indígenas na condição de arrendatários ou intrusos. Os arrendatários firmaram contratos com a FUNAI, mesmo que a legislação não permitisse esses procedimentos, e outros simplesmente entraram por conta e risco, os denominados intrusos. A área indígena de Nonoai foi, certamente, uma das mais visadas nesse movimento migratório. Em 1978, trabalhavam, nessa área, quase mil famílias de colonos (arrendatários e intrusos), uma população superior a dos indígenas.

Desde a década de 1960, os indígenas tomaram várias iniciativas para a manutenção das áreas demarcadas, evitando a presença de brancos em seus territórios, além das tentativas de reconquistar terras demarcadas que foram desapropriadas. Essas iniciativas, no entanto, não deram resultados. Ao contrário, a reserva de Serrinha, localizada na região de Sarandi e Ronda Alta, com dez mil hectares de terra foi totalmente destinada à colonização. Essa área foi reconquistada pelos índios nas últimas duas décadas e, hoje, é ocupada por índios Kaingang.

Em 1978, os índios de Nonoai, com apoio de outras reservas, decidiram expulsar todos os colonos. Num curto período de tempo, em torno de 15 dias, todos tiveram de sair da reserva, muitos deles sem poder colher, especialmente o milho, e buscaram abrigo onde foi

possível em casa de parentes e amigos. Os colonos expulsos acabaram tomando dois caminhos principais: uma parcela foi deslocada para Esteio (próximo de Porto Alegre) e ficou instalada provisoriamente no Parque Estadual de Esteio (local onde ocorre a Expointer) até ser transferida para o projeto de Colonização em Terra Nova/MT. Os demais expulsos que haviam permanecido na região mobilizaram-se para reivindicar terra no próprio estado do Rio Grande do Sul. Esse grupo realizou duas ocupações importantes na história da luta pela reforma agrária: a Fazenda Macalli (1978) e a Fazenda Brilhante (1979). Essas duas áreas haviam sido desapropriadas por Brizola em 1962 e ainda não tinham sido destinadas ao assentamento de agricultores sem terra. Ambas eram exploradas por particulares. A pesquisa de Ghelen (1983) reconstrói essa trajetória de organização, luta e enfrentamentos com as forças repressivas. O contexto em que as ocupações ocorrem é ainda de intensa repressão pelo governo militar, especialmente contra movimentos sociais no campo.

Essas observações, mesmo que breves, são fundamentais para compreender a gênese do Acampamento Natalino. A ocupação das duas áreas próximas à Encruzilhada Natalino não deu conta de assentar todos os sem terra expulsos de Nonoai. Os remanescentes que permaneceram na região é que deram origem ao Acampamento Natalino, que teve um início bastante discreto. No fim de 1980, duas famílias instalaram os seus barracos em cima do barranco da RS 324 (MÉLIGA; JANSON, 1982; BENINCÁ, 1987; MARCON, 1997). Progressivamente, outras pessoas agregam-se as que já estavam. Em maio de 1981, estimava-se que havia em torno de 600 famílias acampadas ao longo de mais de dois quilômetros, no lado direito da rodovia no sentido Passo Fundo-Ronda Alta. No outro lado da estrada, havia uma grande propriedade rural com pastagem e gado. Nesse período, o acampamento começou a chamar atenção das autoridades governamentais, inicialmente, do governo estadual que atuou em três grandes frentes: a) realizando cadastramento das famílias com o objetivo de saber se os acampados eram sem terra ou aproveitadores; b) aumento do efetivo da brigada militar para impedir que outras famílias acampassem; c) intensificando campanhas contra os sem terra, acusando-os de serem proprietários de terra, oportunistas e vadios. Essas campanhas eram intensas e divulgadas sistematicamente pelos meios de comunicação alinhados ao governo e opunham-se à existência do Acampamento. Setores da Igreja, especialmente a Católica, combateram de modo intenso as reivindicações dos acampados e reproduziam o mesmo discurso do governo.

Um segundo momento importante do Acampamento ocorreu com a intervenção militar federal, sob o comando do Major Curió. Dado o fracasso do governo estadual em dar conta do conflito, transferiu-se para o governo federal o controle do acampamento. Durante o mês de

agosto de 1981, o local foi transformado em área de Segurança Nacional. Como o Major Curó tinha uma longa e vitoriosa trajetória em desarticular organizações sociais e *resolver* conflitos fundiários (NOSSA, 2012; PORTELA, 1986), foi indicado para solucionar o caso do Natalino. A intervenção iniciou de modo relativamente brando. As barreiras de entrada e saída do Acampamento ficaram sob a responsabilidade da Polícia Rodoviária Federal. A alimentação que até então resultava de campanhas nas comunidades, passou a ser controlada exclusivamente pelos interventores através da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL). O Major introduziu outros procedimentos como hastear e arriar a Bandeira nacional diariamente ao som do Hino Nacional.

Uma das primeiras iniciativas foi convencer os acampados a aceitar as propostas já apresentadas pelo governo estadual de assentamento em projetos de colonização em Mato Grosso, Acre, Roraima e Bahia. Para tanto, chegou-se a disponibilizar dois aviões da FAB para os representantes do Acampamento conhecerem o projeto de colonização em Serra do Ramalho, Bahia. O objetivo perseguido desde a intervenção federal foi desmobilizar os acampados, criando cisões internas, entre as quais, propondo tratamento diferenciado para as lideranças. Como os acampados tinham informações sobre as precárias condições nos projetos de Colonização, nos estados referidos, ficaram muito reticentes. Progressivamente, conseguiram avaliar melhor esse quadro não só pelas informações enviadas por lideranças sindicais e religiosas que atuavam e conheciam bem esses projetos, mas também pelas ameaças que foram crescendo na medida em que cresciam as resistências em aceitar sair do estado do Rio Grande do Sul. Os últimos dias do mês de agosto de 1981 foram de muita tensão, ameaças de enquadramento da liderança e do padre Arnildo na Lei de Segurança Nacional, bem como da destruição do próprio acampamento. A principal tática utilizada foi a divisão entre os acampados através da constituição de um acampamento paralelo, próximo ao do Natalino, para onde se dirigiam os que concordavam com a proposta de colonização, dessa vez, em Mato Grosso. Passados trinta e um dias instalados em frente ao acampamento, os resultados obtidos pelos interventores foram pífios e, então, retiraram-se. Antes da saída, o Major Curó fez a leitura de um longo documento, com 15 páginas, intitulado: “Aos colonos de encruzilhada do Natalino (e ao povo gaúcho)”. Nele, defende as políticas fundiárias do Governo Federal, enaltece a sua participação para solucionar o caso do Natalino, elenca um conjunto de agentes sociais e religiosos que estariam estimulando movimentos sociais a resistirem às iniciativas do governo federal, em vários estados brasileiros, e a ameaça de enquadramento na Lei de Segurança Nacional da liderança da Coordenação central do Acampamento Natalino, além de duas religiosas e do padre Arnildo Fritzen.

A terceira fase iniciou com a saída dos interventores federais. A partir de então, começou um trabalho intenso de rearticulação interna, mas também para reestabelecer os vínculos com as organizações da sociedade civil. Nesse processo, pode-se destacar dois aspectos: uma crescente repressão da polícia estadual que voltou a controlar o local e a participação de acampados em eventos organizados em instituições no Rio Grande do Sul e em outros estados brasileiros para discutir e aprofundar as questões em pauta, as condições de sobrevivência no local, as ameaças sofridas. Do ponto de vista das reivindicações, elas continuaram as mesmas: o governo estadual insistindo que, no estado, não tinha terra para reforma agrária, enquanto os acampados defendiam a tese de que, no estado, havia terra disponível para a desapropriação e apresentavam dados a respeito. A repressão e as ameaças de divisões, provocadas especialmente por agentes secretos da polícia, conforme evidencia o texto de Etchichury (et al., 2010), foram crescendo o que exigiu novas ações. Frente a uma situação quase insuportável, foi, então, proposta, no início de 1982, a aquisição de uma área de terra com o objetivo de ser um assentamento provisório. A área adquirida pertencia ao município de Ronda Alta e o assentamento ficou conhecido como Nova Ronda Alta, a trinta quilômetros da Encruzilhada Natalino. Essa área foi adquirida pela Igreja católica, através de campanhas e ajuda de entidades de outros países.

O quarto momento iniciou com o deslocamento para Nova Ronda Alta. Nesse local, reorganizaram-se para resistir até a conquista da terra que ocorreu em 1983. Mesmo distante da repressão policial, esta não deixou de continuar vigiando o local, especialmente através das águas da Barragem do Rio Passo Fundo que banhavam as terras de Nova Ronda Alta. Sob muita pressão, o problema foi solucionado em 1983 pelo governador Jair Soares, do PDS, eleito em 1982.

3. Questões emergentes e problematizadoras dessa experiência

Que elementos emergentes dessa experiência podem contribuir para pensar o contexto sociocultural, político e econômico na atualidade? É possível elencar vários, mas, dentro dos limites do presente artigo, serão destacados cinco: a reforma agrária entendida como luta de classe; a força dos oprimidos no enfrentamento das agruras cotidianas de um acampamento; os vínculos orgânicos entre as reivindicações de grupos e os seus vínculos com as organizações da sociedade civil; o aprofundamento da democracia direta; a produção de uma mística de resistência.

O acampamento Natalino contribuiu para explicitar o problema estrutural da terra no Rio Grande do Sul. A classe social que foi se constituindo com base na concessão da terra, doada em forma de sesmarias, exerceu um domínio intenso não apenas em relação à economia, mas também no âmbito político e na produção de um mito baseado na meritocracia de que as extensas áreas de terra foram resultantes do trabalho dos estancieiros. Aliás, esse mito continua ainda muito intenso. Não se discute as relações escravocratas entre senhores e peões e nem que as terras foram concedidas e não compradas através do trabalho dos estancieiros. A cultura autoritária que foi sendo forjada nas relações entre escravos e senhores ainda está impregnada na cultura rio-grandense. Os acampados com apoio de instituições educativas e pesquisadores conseguiram trazer à tona o problema da estrutura fundiária no estado, baseada na grande propriedade que, naquele contexto, ainda predominava, a criação de gado, mas já transitando para o agronegócio. Os dados obtidos de órgãos oficiais (INCRA, por exemplo) permitiram aos acampados negociar com argumentos consistentes. O problema da grande propriedade rural ainda continua muito presente, mesmo que com algumas variações. Há, portanto, uma luta de classe que está aqui expressa na luta entre grandes proprietários rurais e os sem terra.

A história do acampamento permite concluir que a força dos oprimidos é potencializada politicamente na medida em que cresce a consciência das contradições sociais e econômicas. Muitos acampados imaginavam que o problema da terra seria resolvido rapidamente. Ao participarem de negociações com representantes do governo estadual ou com o próprio governador, essa compreensão ingênua foi sendo superada por uma visão crítica que evidenciava profundas relações entre o poder econômico do latifúndio e o poder político. Essa consciência foi crescendo com os estudos realizados em grupos sobre o estatuto da terra e outros materiais. Nas assembleias realizadas diariamente, os estudos e os avanços políticos eram socializados. A participação em eventos com a presença de lideranças políticas, sindicais e religiosas do Rio Grande do Sul e de outros estados brasileiros contribuiu para uma compreensão mais ampla e profunda dos problemas fundiários e das políticas agrícolas.

O acampamento constitui-se numa conjuntura muito específica, na qual ganham força as mobilizações urbanas em prol da democratização do país e na defesa da justiça social. Nesse contexto, centenas e milhares de movimentos e organizações populares do Brasil e do exterior posicionaram-se em defesa das legítimas reivindicações dos acampados. Esse vínculo orgânico entre movimentos específicos, no caso reivindicando assentamento em terras no próprio estado, com outros setores rurais e urbanos permitiu, naquele contexto, a sobrevivência do acampamento. Esse é um grande desafio atual: como diferentes categorias,

movimentos e organizações sociais podem construir pautas comuns e aprofundarem laços de solidariedade.

Um quarto aspecto relevante que desafia o contexto atual é o da democracia direta. Pela forma como o acampamento foi se constituindo e a dinâmica que ganhou do ponto de vista metodológico, permitiu a abertura para a experiência de democracia direta. Como o acampamento foi constituindo-se ao longo de mais de dois quilômetros da rodovia, havia um espaço no centro, onde todos reuniam-se para discutir problemas, propostas de organização interna, atuação externa, notícias divulgadas na mídia, manifestações de apoio de entidades externas. As discussões dos problemas e as decisões coletivas foram fundamentais para que houvesse uma ação organizada, em que todos pudessem acompanhar os avanços, mesmo tendo funções diferenciadas, tanto interna quanto externamente. A pauta de negociação com o governo e outras organizações, bem como o nome dos representantes a tomarem parte, eram sempre decididos coletivamente. Sem essa metodologia que primou pela democracia direta, aliada à mística, o acampamento não teria sobrevivido naquele contexto. Além disso, a vigilância permanente deu condições para enfrentar todas as intervenções individuais de entidades, sindicatos e partidos que tentaram falar em nome do movimento. Os acampados sempre deixaram muito claro que as entidades, as organizações e os partidos deveriam dar apoio e não falar em nome deles. Isso gerou conflitos.

O quinto ponto trata da mística. Desde a origem do acampamento, a dimensão religiosa emancipadora, na perspectiva da teologia da libertação, esteve muito presente. No início da década de 1980, a teologia da libertação estava em alta e as comunidades eclesiais de Base (CEBs) multiplicando-se pelo Brasil e pela América Latina. Esse movimento adentra também o acampamento, fortemente influenciado pela presença da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de modo particular, na pessoa do padre Arnildo Fritzen. As assembleias realizadas diariamente tinham um ponto forte nas celebrações. Nesses momentos, os acampados apresentavam os seus avanços, as dificuldades enfrentadas e as esperanças. Esses rituais tinham sempre presente trechos da Bíblia, especialmente os que tratam da experiência emancipadora do povo Hebreu quando saiu da condição de escravidão no Egito e partiu rumo à terra prometida. A ideia de conquistar um pedaço de terra constituiu-se na utopia que deu condições para os acampados enfrentar as adversidades de toda natureza (fome, frio, doença, ameaças) e sobreviver durante quase mil dias. Essa experiência mística continua presente nas lutas pela reforma agrária do MST e em outros movimentos sociais populares. O próprio MST produziu o Caderno número 27 que tem como título: *Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo* (MST, 1998). A dimensão simbólica presente no cotidiano e no

horizonte das lutas sociais é muito valorizada nos espaços dos movimentos sociais populares. Essa é uma questão fundamental para pensar o seu papel também em outros espaços educativos, entre os quais, o da escola. Muitos outros elementos poderiam ser extraídos da experiência vivida na Encruzilhada Natalino. Por ora, as elencadas são suficientes.

4. Considerações finais

Nessas reflexões finais é importante recuperar alguns elementos das considerações introdutórias, de modo especial a ideia de desperdício da experiência. Sem um cuidado especial em relação às experiências construídas no passado, é impossível ressignificá-las. O presente dos movimentos sociais coloca em pauta questões emergentes, mas há dimensões que transversalizam os tempos. Questões de mística, de organização e de democracia direta são profundamente atuais. O desafio da construção de uma democracia de alta intensidade, na perspectiva de Santos (2009b, p. 39-82), continua como um horizonte sociopolítico e econômico. Os desafios conjunturais que estamos vivendo nesse início de 2016 reforçam ainda mais essa necessidade.

É importante, ainda, retomar, aqui, as reflexões de Benjamin sobre o anjo da história que é forçado a olhar para frente, embora ele tente esforçar-se a olhar para trás. Vivemos numa sociedade em que os apelos concentram-se no presente, mas, principalmente, no futuro e muito pouco em relação ao passado. A questão das temporalidades coloca-se com muita intensidade, especialmente quando se trata de experiências de movimentos e organizações populares. Ao mesmo tempo em que a utopia (força que nos faz sair do lugar e caminhar) projeta-se para o futuro, é imprescindível não perder de vista o passado. Com base nas experiências vividas, podemos estabelecer parâmetros em relação aos avanços, conquistas e desafios. A experiência do acampamento Natalino constitui-se num marco histórico e, por isso, é atual e continua a instigar o nosso tempo. As questões destacadas dessa experiência apontam para um conjunto de possibilidades, mas que necessitam ser ressignificadas. Por ser uma experiência única, não pode ser menosprezada e nem idolatrada como solução de problemas atuais. Ela pode ajudar a aprofundar um conjunto de questões, dependendo das interrogações que formulamos desde o tempo presente.

Referências bibliográficas

BENINCÁ, Elli. *Conflito religioso e práxis*. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994c. p. 197-221.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994b. Obras escolhidas, v. 2.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994a. Obras escolhidas, v. 1. p. 222-232.

ETCHICHURY, Carlos et al. *Os infiltrados: eles eram os olhos e os ouvidos da ditadura*. Porto Alegre: AGE, 2010.

GHELEN, Ivaldo. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi*. 1983. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983.

MARCON, Telmo. *Acampamento Natalino: história da luta pela reforma agrária*. Passo Fundo: UPF Editora, 1997.

MÉLIGA, Laerte Dorneles; JANSON, Maria do Carmo. *Encruzilhada Natalino: depoimentos*. Porto Alegre: Vozes/EST, 1982.

MST. Caderno de Formação Nº 27. *Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo*. São Paulo, março de 1998.

NOSSA, Leonêncio. *Mata! o major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Global, 1986.

SANTOS, B. S.; AVRITZER, L. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 39-82.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A queda do Angelus Novus: o fim da equação moderna entre raízes e opções. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008a, p. 51-92.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008b, p. 93-135.